



PARTE A

LICITAÇÃO COM RESERVA DE ITEM PARA ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS

LICITAÇÃO N.º 016/CPL/2017
PROCESSO N.º 691/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 0036/0138 – RECURSOS SUS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00
DOTAÇÃO: 1203 / 1713
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 999.256,84 (Novecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e seis mil, oitenta e quatro centavos).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LATICÍNIOS/ALIMENTOS EM GERAL) E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA – HMDAG, DOS CAPs E DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ONDE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **ELIAS FERREIRA DA ROSA** e equipe de apoio: **ALESSANDRA FARIA DOS SANTOS e RONALDO CARMO GALVÃO** designados pela Portaria nº 050 de 17 de Janeiro de 2017 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **016/CPL/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – SRP**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro de 2015, Decreto Municipal nº 4.250, de 02 de dezembro de 2015, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LATICÍNIOS/ALIMENTOS EM GERAL) E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA – HMDAG, DOS CAPs E DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ONDE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA.

3– PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos nos seguintes termos:

3.1.1. Para os itens constantes do **Grupo 1 – Ampla Participação** os interessados que atendam aos requisitos deste edital.

3.1.2. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS** as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI nos termos da Lei Complementar nº 147/2014 e Sociedades Cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488/07.



3.1.2.1. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS** haverá uma fase de lances exclusivamente para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

3.1.2.2. Os interessados que atendam aos requisitos do edital, porém não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas, também poderão apresentar propostas de preços para os itens constantes do Grupo 2 – Exclusivo para ME/EPP/MEI/Sociedades Cooperativas. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no subitem 8.10 da seção 8 (Julgamento das Propostas), quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face à impossibilidade de se adjudicar os itens a empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas.

3.1.2.3 Na hipótese de não haver a adjudicação dos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a nenhum licitante que concorra na qualidade de ME/EPP/MEI/Sociedades Cooperativas, o Pregoeiro procederá à abertura de nova sessão pública, em ato contínuo, iniciando a fase de lances entre os proponentes que tenham, nas condições do subitem 3.1.2.2, apresentado proposta de preços.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.



4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente representante mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.1 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas.



4.5 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.6 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 016/2017
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 016/2017
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.



6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo



credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.



8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para assinar a ata de registro de preços e retirar a nota de empenho. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Após a etapa de lances referente aos itens do **Grupo 1 – Ampla Participação**, sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07 e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07 que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;



8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.7 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07.

8.10 – Para o rol de itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI / SOCIEDADE COOPERATIVA**, não havendo vencedor entre empresas enquadradas como EPP, ME e MEI / SOCIEDADE COOPERATIVA o Pregoeiro procederá na conformidade com o disposto nos subitens 3.1.2.2 e 3.1.2.3, iniciando a fase de lances entre os proponentes que, mesmo não concorrendo na qualidade de EPP/ME/MEI/SOCIEDADE COOPERATIVA, tenham apresentado proposta.

8.11 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta aceitável, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.14- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.15 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.16 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.17 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura da ata de registro de preços. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.**



- 9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;
- 9.1.2 – Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.
- 9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 9.1.5 – Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

- 9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;
- 9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;
- 9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhado da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;
- 9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;
- 9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;
- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;



- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhista com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para as licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, estas deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que seja declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas e positivas que tenham efeito de negativas.
- 9.2.2.11 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.



9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paracambi– CPL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do ultimo exercício social, acompanhado da DHP - Declaração de Habilitação Profissional, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG>1,0 obtido pela aplicação da seguinte formula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável legal da licitante.

9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do ultimo exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição.



As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os órgãos do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou órgãos de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante legal da sociedade.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.

9.2.4.2 – Licença Sanitária em nome da licitante expedida pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal.

9.2.4.2.1 - Caso a empresa não possua a o Termo de Licença Sanitária do ano corrente, serão aceitos protocolos de revalidação, desde que seja apresentado o Termo de Licença Sanitária inicial, acompanhado de TODOS os protocolos de revalidação dos anos subsequentes ao da licença primariamente concedida.

9.2.5 – Documentação Complementar

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.



10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2.1. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.2. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.



11.8. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

11.9 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Requisitante, através de 3 (três) servidores designados.

14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinada a ata de registro de preços e retirada a Nota de Empenho o prazo máximo de entrega deverá ser de até 05 (cinco) dias, a contar da ordem de fornecimento conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período, sob pena de decair o direito ao registro e futura contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) A identificação do objeto e a quantidade total estimada;



- c) A relação de fornecedores habilitados que concordarem em praticar os mesmos preços do primeiro colocado no certame, pela ordem de classificação final no processo licitatório, e as respectivas quantidades a serem fornecidas.
- d) O preço unitário do vencedor, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores
- e) O valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Os órgãos e entidades usuárias do registro;
- g) O prazo de vigência do registro;
- h) A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

15.1.2 – Serão incluídos na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, formando cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

15.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado o beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O procedimento será encerrado com subscrição da Ata de Registro de Preços e homologação do procedimento pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar a Ata de Registro de Preços quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Caso a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não se apresente para celebração da Ata de Registro de Preços. Ao preço do primeiro do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta. A classificação obedecerá a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.

15.6.1 – Homologado o resultado da licitação o Órgão Gerenciador, por meio da Comissão Permanente de Licitação, elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 8.5, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso iv, DA Lei Federal nº 8.666/1993
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

15.9 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;



15.9.1 – O fornecedor poderá solicitar ao órgão gerenciador o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, caso em que somente após a concordância do órgão gerenciador será efetivado o cancelamento, dada a respectiva publicidade.

15.10 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

15.11 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

15.12 – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação para Administração.

15.13 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computados neste caso eventuais prorrogações.

15.14 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para item ou lote, observando-se o seguinte:

I – o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II – quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

15.15 – Havendo recusa na Assinatura da Ata de Registro de Preços é facultado ao MUNICÍPIO, independentemente da possibilidade de aplicação de sanção administrativa à licitante faltosa, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que seja assinada a referida Ata.

16 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

16.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo MUNICÍPIO, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

16.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o primeiro colocado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores observada a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

16.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e



- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Comissão formada por servidores do Fundo Municipal de Saúde.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b)
- c) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e", "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c", "d".

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.



18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo de impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0036/0138 – RECURSOS SUS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00

DOTAÇÃO: 1203 / 1713

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente à aquisição de material, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.



22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

22.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23 – ESTIMATIVA DE PREÇO

23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 999.256,84 (Novecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e seis mil, oitenta e quatro centavos)**, conforme especificações do Termo de Referência.

23.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual, mediante expresso requerimento do contratado, e deverão utilizar o índice do IPCA.

23.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25 - DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

25.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrado tantos fornecedores quantos necessários para que em função das suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.



25.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

25.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

25.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

25.6. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.7 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

25.8 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

25.9 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

25.10 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato.

25.11 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

26 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA-GRUPO 1
AMPLA PARTICIPAÇÃO

Processo n.º 691/2017

Licitação n.º 016/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL- SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LATICÍNIOS/ALIMENTOS EM GERAL) E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA – HMDAG, DOS CAPs E DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ONDE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) ACÉM, PICADO EM CUBOS, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, CONGELADA, SENDO CADA PEÇA EMBALADA INDIVIDUALMENTE	QUILOGRAMA(S)	6020		
25	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) COXÃO DURO, INTEIRO PARA ASSAR, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, CONGELADA, SENDO CADA PEÇA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	6020		
29	CARNE, PEIXE, PESCADA, FILÉ CORTADO EM FILÉ, SEM PELE, SEM ESPINHA, CONGELADO, DEVENDO SER FORNECIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	5230		
VALOR TOTAL R\$					

PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 05 (cinco) DIAS, APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA-GRUPO 2
EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS

Processo n.º 691/2017

Licitação n.º 015/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL– SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LATICÍNIOS/ALIMENTOS EM GERAL) E MATERIAL DE COÇA E COZINHA PARA ATENDER DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA – HMDAG, DOS CAPs E DAS RESIDÊNCIAS TERAPEÚTICAS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ONDE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ABÓBORA MORANGA - MADURA, COM PESO MÍNIMO DE 3KG A UNIDADE.	QUILOGRAMA(S)	3604		
2	ABÓBRINHA EXTRA VERDE	QUILOGRAMA(S)	810		
3	ACHOCOLATADO (EMBALAGEM DE 400G) ACHOCOLATADO EM PÓ, SOLÚVEL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	PEÇA	360		
4	ACHOCOLATADO PRONTO PARA CONSUMO, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. (EMBALAGEM DE 200ML)	UNIDADE	820		
5	AÇÚCAR (EMBALAGEM DE 1KG) REFINADO ESPECIAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	10175		
6	AÇÚCAR (EMBALAGEM DE 6G) GRANULADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL (SACHÊ)	UNIDADE	2800		



7	ADOÇANTE (EMBALAGEM DE 200ML) DIETÉTICO, LÍQUIDO	UNIDADE	1296		
8	ADOÇANTE EM PÓ (EMBALAGEM COM 08G)	UNIDADE	1500		
9	ALFACE	UNIDADE	500		
10	ALHO EXTRA BRANCO, ROXO	QUILOGRAMA(S)	1050		
11	AMIDO (EMBALAGEM DE 500G) MILHO, PURO	PEÇA	180		
12	ARROZ (EMBALAGEM DE 5KG) POLIDO TIPO 1, EXTRA, GRÃO LONGO E FINO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	10675		
13	AVEIA (EMBALAGEM DE 200 G) FARINHA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	360		
14	AZEITE (EMBALAGEM DE 500ML) DE OLIVA PURO	UNIDADE	1296		
15	BANANA PRATA EXTRA, COM PESO MÉDIO DE 120G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 08 UNIDADES.	QUILOGRAMA(S)	3966		
16	BATATA DOCE EXTRA	QUILOGRAMA(S)	2535		
17	BATATA INGLESA ESPECIAL	QUILOGRAMA(S)	4768		
18	BETERRABA EXTRA, SEM RAMA	QUILOGRAMA(S)	1425		
19	BISCOITO DOCE (EMBALAGEM DE 30 GRAMAS) - PORÇÃO INDIVIDUAL - TIPO MARIA/MAISENA	UNIDADE	3500		
20	BISCOITO DOCE TIPO MARIA/MAISENA (PACOTE 200G)	PACOTE	1700		
21	BISCOITO SALGADO (EMBALAGEM DE 30 GRAMAS) - PORÇÃO INDIVIDUAL - TIPO ÁGUA	UNIDADE	3500		
22	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA (PACOTE 200G)	PACOTE	1700		
23	CAFÉ (EMBALAGEM DE 500G) PÓ TORRADO E MOÍDO, DE 1ª QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA ABIC, EMBALADO AUTOMATICAMENTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM METALIZADA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	PEÇA	2761		



26	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) PATINHO, FATIADO EM BIFE, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, SENDO CADA PEÇA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	1200		
27	CARNE, FRANGO, COXA COM SOBRECORA COM OSSO, CONGELADA, DEVENDO SER FORNECIDA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA OU BANDEJA COM NO MÁXIMO 5KG.	QUILOGRAMA(S)	5830		
28	CARNE, FRANGO, PEITO, FILÉ SEM OSSO, CONGELADA, DEVENDO SER FORNECIDA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, COM NO MÁXIMO 3KG.	QUILOGRAMA(S)	5830		
30	CEBOLA EXTRA	QUILOGRAMA(S)	1666		
31	CENOURA EXTRA	QUILOGRAMA(S)	3852		
32	CHÁ (CAIXA COM 10 SAQUINHOS) ERVA-DOCE, CAMOMILA OU HORTELÃ ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	200		
33	CHÁ (CAIXA COM 10 SAQUINHOS) PRETO ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	50		
34	CHÁ MATE (CAIXA DE 200G) ERVA MATE QUEIMADA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	72		
35	CHEIRO-VERDE - FRESCO, COMPOSTO POR SALSA E CEBOLINHA.	MOLHO	40		
36	CHICÓRIA FRESCA	MOLHO	400		
37	CHUCHU EXTRA	QUILOGRAMA(S)	3928		
38	COLHER PLASTICA COM 50 UNID	PACOTE	900		
39	COLORÍFICO (EMBALAGEM DE 500G) PÓ	QUILOGRAMA(S)	50		
40	COPO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE P/ 100ML COM TAMPA (PACOTE COM 100 UNID.)	PACOTE	7000		
41	COPO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE PARA 200 ML COM TAMPA (POTE COM 100 UNIDADES)	UNIDADE	5000		
42	COUVE	UNIDADE	400		



43	DOCE (EMBALAGEM DE 1KG) GOIABADA, ESPECIAL, EM CORTE, SEM ADIÇÃO DE CORANTES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL.	UNIDADE	150		
44	DOCE (LATA DE 5KG) DE ABÓBORA PASTOSO	UNIDADE	20		
45	DOCE (LATA DE 5 KG) DE LEITE PASTOSO	UNIDADE	30		
46	EMBALAGEM DE QUENTINHA COM TAMPA Nº 08, EM ALUMÍNIO COM FECHAMENTO MANUAL - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	390		
47	ERVILHA EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM LATA.	UNIDADE	500		
48	FARINHA (EMBALAGEM DE 1KG) MANDIOCA TIPO 1, CRUA, FINA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	1150		
49	FARINHA (EMBALAGEM DE 1KG) TRIGO ESPECIAL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	120		
50	FARINHA (EMBALAGEM DE 300 GRAMAS) - LÁCTEA - COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, LEITE, AÇÚCAR, VITAMINAS E SAIS MINERAIS.	UNIDADE	150		
51	FEIJÃO (EMBALAGEM DE 1KG) PRETO TIPO 1, SAFRA NOVA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL.	QUILOGRAMA(S)	4620		
52	FERMENTO (EMBALAGEM DE 100G) QUÍMICO, EM PÓ, ACONDICIONADO EM LATA.	UNIDADE	25		
53	FERMENTO (EMBALAGEM DE 200G) QUÍMICO, EM PÓ	UNIDADE	30		
54	FÍGADO BOVINO	QUILOGRAMA(S)	3600		
55	FÓSFORO - CAIXA COM 40 PALITOS.	CAIXA	500		
56	FUBÁ (EMBALAGEM DE 1 KG) - MILHO - EXTRA, DE 1ª QUALIDADE, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	940		



57	GELATINA (EMBALAGEM DE 12G) PÓ, DIETÉTICA, SABORES DIVERSOS.	UNIDADE	200		
58	GELATINA (EMBALAGEM DE 85G) PÓ DIVERSOS SABORES, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	3740		
59	GUARDANAPO - PACOTE COM 100 UNID.	PACOTE	1000		
60	INHAME EXTRA	QUILOGRAMA(S)	430		
61	LARANJA PÊRA COM PESO MÉDIO DE 150G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 07 UNIDADES	QUILOGRAMA(S)	3826		
62	LEITE (EMBALAGEM DE 300G) PÓ, DESNATADO, INSTANTÂNEO.	PEÇA	60		
63	LEITE (EMBALAGEM DE 400 G) PÓ, INTEGRAL, INSTANTÂNEO.	QUILOGRAMA(S)	1540		
64	MAÇÃ NACIONAL - NÃO ÁCIDA, COM PESO MÉDIO DE 120 G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 08 UNIDADES.	QUILOGRAMA(S)	3776		
65	MACARRÃO (EMBALAGEM DE 500G) ESPAGUETE MASSA PREPARADA C/ OVOS Nº 8 OU 9, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	380		
66	MACARRÃO (EMBALAGEM DE 500G) TIPO PADRE NOSSO, MASSA PREPARADA COM SEMOLINA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	2020		
67	MAMÃO FORMOSA - COMUM, MADURO, COM PESO VARIANDO DE 1,5 A 2 KG A UNIDADE.	QUILOGRAMA(S)	500		
68	MARGARINA (EMBALAGEM DE 500G) VEGETAL, CREMOSA, COM SAL, CONTENDO DE 60 A 95% DE TEOR DE LIPÍDIOS,	PEÇA	1832		
69	MELÃO COM PESO VARIANDO DE 1,5 A 2KG A UNIDADE	QUILOGRAMA(S)	450		
70	MILHO VERDE (LATA DE 200G) EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM LATA.	LATA	2360		
71	MUCILAGEM (EMBALAGEM DE 400G) MILHO ARROZ, ACONDICIONADO EM LATA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	372		



72	ÓLEO (EMBALAGEM DE 900 ML) - SOJA - REFINADO	UNIDADE	4632		
73	OVOS GALINHA EXTRA, BRANCO, ACONDICIONADO EM CAIXA COM UMA DÚZIA, PERFAZENDO NO MÍNIMO 720G.	DÚZIA	2588		
74	PIMENTÃO VERDE EXTRA	QUILOGRAMA(S)	660		
75	REPOLHO BRANCO TAMANHO MÉDIO	QUILOGRAMA(S)	2924		
76	SAL (EMBALAGEM DE 1 GRAMA) - EMBALAGEM INDIVIDUAL - TIPO EXTRA, IODADO, REFINADO, ACONDICIONADO EM SAQUINHO INDIVIDUAL DE 1 G, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	10000		
77	SAL EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	1266		
78	SUCO (EMBALAGEM DE 1KG)PÓ, NATURAL, INTEGRAL NÃO ADOÇADO.	UNIDADE	950		
79	SUCO (EMBALAGEM DE 500ML) LÍQUIDO, NATURAL, INTEGRAL NÃO ADOÇADO.	UNIDADE	6200		
80	SUPLEMENTO ALIMENTAR (EMBALAGEM DE 400G) COMPLEMENTO OU SUPLEMENTO, EM PÓ, LÁCTEO, COM SACAROSE, ISENTO DE GLÚTEN, COM ADIÇÃO DE VITAMINAS E MINERAIS, COM SABOR, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. REF.: SUSTAIN, MILKGEN, SUSTAGEM, SUSTACAL, MERITENE, NUTREN ACTIVE.	UNIDADE	100		
81	TOMATE EXTRA A.	QUILOGRAMA(S)	1270		
82	TOMATE (LATA DE 300G) EXTRATO CONCENTRADO, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	5314		
83	VINAGRE (EMBALAGEM DE 750ML) EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	1420		
VALOR TOTAL R\$					

VALOR TOTAL GERAL (Grupo 1 + Grupo 2) – R\$

PRAZO DE ENTREGA: ATÉ ____ (____), APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

GRUPO 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) ACÉM, PICADO EM CUBOS, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, CONGELADA, SENDO CADA PEÇA EMBALADA INDIVIDUALMENTE	QUILOGRAMA(S)	6020	R\$15,42	R\$92.828,40
25	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) COXÃO DURO, INTEIRO PARA ASSAR, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, CONGELADA, SENDO CADA PEÇA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	6020	R\$17,96	R\$108.119,20
29	CARNE, PEIXE, PESCADA, FILÉ CORTADO EM FILÉ, SEM PELE, SEM ESPINHA, CONGELADO, DEVENDO SER FORNECIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	5230	R\$23,08	R\$120.708,40
VALOR TOTAL R\$ 321.656,00 (Trezentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais)					

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



GRUPO 2 – EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ABÓBORA MORANGA - MADURA, COM PESO MÍNIMO DE 3KG A UNIDADE.	QUILOGRAMA(S)	3604	R\$1,97	R\$7.099,88
2	ABÓBRINHA EXTRA VERDE	QUILOGRAMA(S)	810	R\$3,70	R\$2.997,00
3	ACHOCOLATADO (EMBALAGEM DE 400G) ACHOCOLATADO EM PÓ, SOLÚVEL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	PEÇA	360	R\$5,33	R\$1.918,00
4	ACHOCOLATADO PRONTO PARA CONSUMO, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. (EMBALAGEM DE 200ML)	UNIDADE	820	R\$1,32	R\$1.082,40
5	AÇÚCAR (EMBALAGEM DE 1KG) REFINADO ESPECIAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	10175	R\$2,64	R\$26.862,00
6	AÇÚCAR (EMBALAGEM DE 6G) GRANULADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL (SACHÊ)	UNIDADE	2800	R\$0,07	R\$196,00
7	ADOÇANTE (EMBALAGEM DE 200ML) DIETÉTICO, LÍQUIDO	UNIDADE	1296	R\$4,78	R\$6.194,88
8	ADOÇANTE EM PÓ (EMBALAGEM COM 08G)	UNIDADE	1500	R\$0,10	R\$150,00
9	ALFACE	UNIDADE	500	R\$1,03	R\$515,00
10	ALHO EXTRA BRANCO, ROXO	QUILOGRAMA(S)	1050	R\$16,87	R\$17.713,50
11	AMIDO (EMBALAGEM DE 500G) MILHO, PURO	PEÇA	180	R\$4,69	R\$844,20
12	ARROZ (EMBALAGEM DE 5KG) POLIDO TIPO 1, EXTRA, GRÃO LONGO E FINO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	10675	R\$2,88	R\$30.744,00
13	AVEIA (EMBALAGEM DE 200 G) FARINHA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	360	R\$2,45	R\$882,00
14	AZEITE (EMBALAGEM DE 500ML) DE OLIVA PURO	UNIDADE	1296	R\$14,61	R\$18.934,56



15	BANANA PRATA EXTRA, COM PESO MÉDIO DE 120G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 08 UNIDADES.	QUILOGRAMA(S)	3966	R\$3,73	R\$14.793,18
16	BATATA DOCE EXTRA	QUILOGRAMA(S)	2535	R\$1,59	R\$4.030,65
17	BATATA INGLESA ESPECIAL	QUILOGRAMA(S)	4768	R\$1,62	R\$7.724,16
18	BETERRABA EXTRA, SEM RAMA	QUILOGRAMA(S)	1425	R\$1,83	R\$2.607,75
19	BISCOITO DOCE (EMBALAGEM DE 30 GRAMAS) - PORÇÃO INDIVIDUAL - TIPO MARIA/MAISENA	UNIDADE	3500	R\$0,79	R\$2.765,00
20	BISCOITO DOCE TIPO MARIA/MAISENA (PACOTE 200G)	PACOTE	1700	R\$2,12	R\$3.604,00
21	BISCOITO SALGADO (EMBALAGEM DE 30 GRAMAS) - PORÇÃO INDIVIDUAL - TIPO ÁGUA	UNIDADE	3500	R\$0,96	R\$3.360,00
22	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA (PACOTE 200G)	PACOTE	1700	R\$1,77	R\$3.009,00
23	CAFÉ (EMBALAGEM DE 500G) PÓ TORRADO E MOÍDO, DE 1ª QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA ABIC, EMBALADO AUTOMATICAMENTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM METALIZADA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	PEÇA	2761	R\$9,55	R\$26.367,55
26	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) PATINHO, FATIADO EM BIFE, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, SENDO CADA PEÇA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	1200	R\$17,42	R\$20.904,00
27	CARNE, FRANGO, COXA COM SOBRECOXA COM OSSO, CONGELADA, DEVENDO SER FORNECIDA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA OU BANDEJA COM NO MÁXIMO 5KG.	QUILOGRAMA(S)	5830	R\$6,39	R\$37.253,70
28	CARNE, FRANGO, PEITO, FILÉ SEM OSSO, CONGELADA, DEVENDO SER FORNECIDA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, COM NO MÁXIMO 3KG.	QUILOGRAMA(S)	5830	R\$8,73	R\$50.895,90
30	CEBOLA EXTRA	QUILOGRAMA(S)	1666	R\$1,73	R\$2.882,18
31	CENOURA EXTRA	QUILOGRAMA(S)	3852	R\$2,26	R\$8.705,52
32	CHÁ (CAIXA COM 10 SAQUINHOS) ERVA-DOCE, CAMOMILA OU HORTELÃ ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	200	R\$2,21	R\$442,00



33	CHÁ (CAIXA COM 10 SAQUINHOS) PRETO ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	50	R\$2,69	134,50
34	CHÁ MATE (CAIXA DE 200G) ERVA MATE QUEIMADA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	72	R\$6,25	R\$450,00
35	CHEIRO-VERDE - FRESCO, COMPOSTO POR SALSA E CEBOLINHA.	MOLHO	40	R\$2,47	98,80
36	CHICÓRIA FRESCA	MOLHO	400	R\$2,47	988,00
37	CHUCHU EXTRA	QUILOGRAMA(S)	3928	R\$1,25	R\$4.910,00
38	COLHER PLASTICA COM 50 UNID	PACOTE	900	R\$4,89	R\$4.401,00
39	COLORÍFICO (EMBALAGEM DE 500G) PÓ	QUILOGRAMA(S)	50	R\$14,78	R\$739,00
40	COPO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE P/ 100ML COM TAMPA (PACOTE COM 100 UNID.)	PACOTE	7000	R\$8,27	R\$57.890,00
41	COPO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE PARA 200 ML COM TAMPA (POTE COM 100 UNIDADES)	UNIDADE	5000	R\$8,27	R\$41.350,00
42	COUVE	UNIDADE	400	R\$4,99	R\$1.996,00
43	DOCE (EMBALAGEM DE 1KG) GOIABADA, ESPECIAL, EM CORTE, SEM ADIÇÃO DE CORANTES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL.	UNIDADE	150	R\$9,41	R\$1.411,50
44	DOCE (LATA DE 5KG) DE ABÓBORA PASTOSO	UNIDADE	20	R\$48,54	R\$970,80
45	DOCE (LATA DE 5 KG) DE LEITE PASTOSO	UNIDADE	30	R\$48,25	R\$1.447,50
46	EMBALAGEM DE QUENTINHA COM TAMPA Nº 08, EM ALUMÍNIO COM FECHAMENTO MANUAL - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	390	R\$23,75	R\$9.262,50
47	ERVILHA EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM LATA.	UNIDADE	500	R\$1,48	740,00
48	FARINHA (EMBALAGEM DE 1KG) MANDIOCA TIPO 1, CRUA, FINA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	1150	R\$4,63	R\$5.324,50



49	FARINHA (EMBALAGEM DE 1KG) TRIGO ESPECIAL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	120	R\$2,25	R\$270,00
50	FARINHA (EMBALAGEM DE 300 GRAMAS) - LÁCTEA - COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, LEITE, AÇÚCAR, VITAMINAS E SAIS MINERAIS.	UNIDADE	150	R\$11,83	1.774,50
51	FEIJÃO (EMBALAGEM DE 1KG) PRETO TIPO 1, SAFRA NOVA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL.	QUILOGRAMA(S)	4620	R\$4,26	19.681,20
52	FERMENTO (EMBALAGEM DE 100G) QUÍMICO, EM PÓ, ACONDICIONADO EM LATA.	UNIDADE	25	R\$2,11	R\$52,75
53	FERMENTO (EMBALAGEM DE 200G) QUÍMICO, EM PÓ	UNIDADE	30	R\$4,22	R\$126,60
54	FÍGADO BOVINO	QUILOGRAMA(S)	3600	R\$8,98	R\$32.328,00
55	FÓSFORO - CAIXA COM 40 PALITOS.	CAIXA	500	R\$0,91	R\$455,00
56	FUBÁ (EMBALAGEM DE 1 KG) - MILHO - EXTRA, DE 1ª QUALIDADE, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	940	R\$2,41	R\$2.265,40
57	GELATINA (EMBALAGEM DE 12G) PÓ, DIETÉTICA, SABORES DIVERSOS.	UNIDADE	200	R\$1,92	R\$384,00
58	GELATINA (EMBALAGEM DE 85G) PÓ DIVERSOS SABORES, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	3740	R\$2,12	R\$7.928,80
59	GUARDANAPO - PACOTE COM 100 UNID.	PACOTE	1000	R\$3,11	R\$3.110,00
60	INHAME EXTRA	QUILOGRAMA(S)	430	R\$3,05	R\$1.311,50
61	LARANJA PÊRA COM PESO MÉDIO DE 150G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 07 UNIDADES	QUILOGRAMA(S)	3826	R\$3,08	R\$11.784,08
62	LEITE (EMBALAGEM DE 300G) PÓ, DESNATADO, INSTANTÂNEO.	PEÇA	60	R\$11,58	R\$694,80
63	LEITE (EMBALAGEM DE 400 G) PÓ, INTEGRAL, INSTANTÂNEO.	QUILOGRAMA(S)	1540	R\$10,63	R\$16.370,20
64	MAÇÃ NACIONAL - NÃO ÁCIDA, COM PESO MÉDIO DE 120 G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 08 UNIDADES.	QUILOGRAMA(S)	3776	R\$3,69	R\$13.933,44



65	MACARRÃO (EMBALAGEM DE 500G) ESPAGUETE MASSA PREPARADA C/ OVOS Nº 8 OU 9, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	380	R\$2,05	R\$779,00
66	MACARRÃO (EMBALAGEM DE 500G) TIPO PADRE NOSSO, MASSA PREPARADA COM SEMOLINA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	2020	R\$2,28	R\$4.605,60
67	MAMÃO FORMOSA - COMUM, MADURO, COM PESO VARIANDO DE 1,5 A 2 KG A UNIDADE.	QUILOGRAMA(S)	500	R\$2,81	R\$1.405,00
68	MARGARINA (EMBALAGEM DE 500G) VEGETAL, CREMOSA, COM SAL, CONTENDO DE 60 A 95% DE TEOR DE LIPÍDIOS,	PEÇA	1832	R\$3,22	R\$5.899,04
69	MELÃO COM PESO VARIANDO DE 1,5 A 2KG A UNIDADE	QUILOGRAMA(S)	450	R\$2,52	R\$1.134,00
70	MILHO VERDE (LATA DE 200G) EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM LATA.	LATA	2360	R\$1,75	R\$4.130,00
71	MUCILAGEM (EMBALAGEM DE 400G) MILHO ARROZ, ACONDICIONADO EM LATA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	372	R\$7,99	R\$2.972,28
72	ÓLEO (EMBALAGEM DE 900 ML) - SOJA - REFINADO	UNIDADE	4632	R\$3,64	R\$16.860,48
73	OVOS GALINHA EXTRA, BRANCO, ACONDICIONADO EM CAIXA COM UMA DÚZIA, PERFAZENDO NO MÍNIMO 720G.	DÚZIA	2588	R\$4,12	R\$10.662,56
74	PIMENTÃO VERDE EXTRA	QUILOGRAMA(S)	660	R\$2,99	R\$1.973,40
75	REPOLHO BRANCO TAMANHO MÉDIO	QUILOGRAMA(S)	2924	R\$2,26	R\$6.608,24
76	SAL (EMBALAGEM DE 1 GRAMA) - EMBALAGEM INDIVIDUAL - TIPO EXTRA, IODADO, REFINADO, ACONDICIONADO EM SAQUINHO INDIVIDUAL DE 1 G, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	10000	R\$0,09	R\$900,00
77	SAL EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	1266	R\$1,25	R\$1.582,50
78	SUCO (EMBALAGEM DE 1KG)PÓ, NATURAL, INTEGRAL NÃO ADOÇADO.	UNIDADE	950	R\$29,21	R\$27.749,50
79	SUCO (EMBALAGEM DE 500ML) LÍQUIDO, NATURAL, INTEGRAL NÃO ADOÇADO.	UNIDADE	6200	R\$2,88	R\$17.856,00



80	SUPLEMENTO ALIMENTAR (EMBALAGEM DE 400G) COMPLEMENTO OU SUPLEMENTO, EM PÓ, LÁCTEO, COM SACAROSE, ISENTA DE GLÚTEN, COM ADIÇÃO DE VITAMINAS E MINERAIS, COM SABOR, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. REF.: SUSTAIN, MILKGEN, SUSTAGEM, SUSTACAL, MERITENE, NUTREN ACTIVE.	UNIDADE	100	R\$35,58	R\$3.558,00
81	TOMATE EXTRA A.	QUILOGRAMA(S)	1270	R\$2,97	R\$3.771,90
82	TOMATE (LATA DE 300G) EXTRATO CONCENTRADO, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	5314	R\$2,34	R\$12.434,76
83	VINAGRE (EMBALAGEM DE 750ML) EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	1420	R\$1,87	R\$2.665,40
VALOR TOTAL R\$ 677.600,84 (Seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos reais e oitenta e quatro centavos)					

VALOR TOTAL GERAL (Grupo 1 + Grupo 2) –R\$ 999.256,84 (Novecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e seis mil, oitenta e quatro centavos).

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial– SRP nº ____/CPL/2017.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial - SRP nº ____/CPL/2017 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 016/CPL/2017

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/CPL/2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 5.1
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº ____/CPL/2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura as Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6 TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 012/2017/SEMUS

1 - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA:

- 1.1 - Registro de preços para **Aquisição de gêneros alimentícios (LATICÍNIOS/ALIMENTOS EM GERAL) e material de copa e cozinha para atender as necessidades do Hospital Municipal, dos CAPs e das Residências Terapêuticas** do Município de Paracambi, com entregas programadas, conforme condições e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 1.2 - A presente licitação visa a repor e manter o estoque de gêneros alimentícios, tendo em vista que tais materiais são essenciais à continuidade e manutenção dos serviços de Copa e Cozinha, sendo sua utilização contínua pelo Hospital Municipal, CAPs e Residências Terapêuticas.
- 1.3 - Os materiais deverão obedecer, rigorosamente, às prescrições e exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do certame em epígrafe.
- 1.4 - O quantitativo definido para esta licitação, visa suprir a demanda para os próximos 12 meses, levando em consideração o quantitativo de pacientes dos CAPs e das Residências Terapêuticas e a rotatividade de pacientes no Hospital Municipal.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS:

- 2.1 - As mercadorias a serem adquiridas, deverão estar de acordo com as especificações contidas abaixo e atender aos padrões de qualidades exigidos no edital de licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	ABÓBORA MORANGA - MADURA, COM PESO MÍNIMO DE 3KG A UNIDADE.	QUILOGRAMA(S)	3604
2	ABÓBRINHA EXTRA VERDE	QUILOGRAMA(S)	810
3	ACHOCOLATADO (EMBALAGEM DE 400G) ACHOCOLATADO EM PÓ, SOLÚVEL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	PEÇA	360
4	ACHOCOLATADO PRONTO PARA CONSUMO, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. (EMBALAGEM DE 200ML)	UNIDADE	820
5	AÇÚCAR (EMBALAGEM DE 1KG) REFINADO ESPECIAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	10175
6	AÇÚCAR (EMBALAGEM DE 6G) GRANULADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL (SACHÊ)	UNIDADE	2800
7	ADOÇANTE (EMBALAGEM DE 200ML) DIETÉTICO, LÍQUIDO	UNIDADE	1296
8	ADOÇANTE EM PÓ (EMBALAGEM COM 08G)	UNIDADE	1500
9	ALFACE	UNIDADE	500
10	ALHO EXTRA BRANCO, ROXO	QUILOGRAMA(S)	1050
11	AMIDO (EMBALAGEM DE 500G) MILHO, PURO	PEÇA	180



12	ARROZ (EMBALAGEM DE 5KG) POLIDO TIPO 1, EXTRA, GRÃO LONGO E FINO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	10675
13	AVEIA (EMBALAGEM DE 200 G) FARINHA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	360
14	AZEITE (EMBALAGEM DE 500ML) DE OLIVA PURO	UNIDADE	1296
15	BANANA PRATA EXTRA, COM PESO MÉDIO DE 120G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 08 UNIDADES.	QUILOGRAMA(S)	3966
16	BATATA DOCE EXTRA	QUILOGRAMA(S)	2535
17	BATATA INGLESA ESPECIAL	QUILOGRAMA(S)	4768
18	BETERRABA EXTRA, SEM RAMA	QUILOGRAMA(S)	1425
19	BISCOITO DOCE (EMBALAGEM DE 30 GRAMAS) - PORÇÃO INDIVIDUAL - TIPO MARIA/MAISENA	UNIDADE	3500
20	BISCOITO DOCE TIPO MARIA/MAISENA (PACOTE 200G)	PACOTE	1700
21	BISCOITO SALGADO (EMBALAGEM DE 30 GRAMAS) - PORÇÃO INDIVIDUAL - TIPO ÁGUA	UNIDADE	3500
22	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA (PACOTE 200G)	PACOTE	1700
23	CAFÉ (EMBALAGEM DE 500G) PÓ TORRADO E MOÍDO, DE 1ª QUALIDADE, COM SELO DE PUREZA ABIC, EMBALADO AUTOMATICAMENTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM METALIZADA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	PEÇA	2761
24	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) ACÉM, PICADO EM CUBOS, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, CONGELADA, SENDO CADA PEÇA EMBALADA INDIVIDUALMENTE	QUILOGRAMA(S)	6020
25	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) COXÃO DURO, INTEIRO PARA ASSAR, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, CONGELADA, SENDO CADA PEÇA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	6020
26	CARNE BOVINA (EMBALAGEM DE 5KG) PATINHO, FATIADO EM BIFE, SEM OSSO, COM O MÁXIMO DE 10% DE GORDURA, SENDO CADA PEÇA INDIVIDUALMENTE ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	1200
27	CARNE, FRANGO, COXA COM SOBRECOXA COM OSSO, CONGELADA, DEVENDO SER FORNECIDA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA OU BANDEJA COM NO MÁXIMO 5KG.	QUILOGRAMA(S)	5830
28	CARNE, FRANGO, PEITO, FILÉ SEM OSSO, CONGELADA, DEVENDO SER FORNECIDA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, COM NO MÁXIMO 3KG.	QUILOGRAMA(S)	5830
29	CARNE, PEIXE, PESCADA, FILÉ CORTADO EM FILÉ, SEM PELE, SEM ESPINHA, CONGELADO, DEVENDO SER FORNECIDO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	QUILOGRAMA(S)	5230
30	CEBOLA EXTRA	QUILOGRAMA(S)	1666
31	CENOURA EXTRA	QUILOGRAMA(S)	3852



32	CHÁ (CAIXA COM 10 SAQUINHOS) ERVA-DOCE, CAMOMILA OU HORTELÃ ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	200
33	CHÁ (CAIXA COM 10 SAQUINHOS) PRETO ACONDICIONADO EM CAIXA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	50
34	CHÁ MATE (CAIXA DE 200G) ERVA MATE QUEIMADA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	72
35	CHEIRO-VERDE - FRESCO, COMPOSTO POR SALSA E CEBOLINHA.	MOLHO	40
36	CHICÓRIA FRESCA	MOLHO	400
37	CHUCHU EXTRA	QUILOGRAMA(S)	3928
38	COLHER PLASTICA COM 50 UNID	PACOTE	900
39	COLORÍFICO (EMBALAGEM DE 500G) PÓ	QUILOGRAMA(S)	50
40	COPO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE P/ 100ML COM TAMPA (PACOTE COM 100 UNID.)	PACOTE	7000
41	COPO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE PARA 200 ML COM TAMPA (POTE COM 100 UNIDADES)	UNIDADE	5000
42	COUVE	UNIDADE	400
43	DOCE (EMBALAGEM DE 1KG) GOIABADA, ESPECIAL, EM CORTE, SEM ADIÇÃO DE CORANTES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL.	UNIDADE	150
44	DOCE (LATA DE 5KG) DE ABÓBORA PASTOSO	UNIDADE	20
45	DOCE (LATA DE 5 KG) DE LEITE PASTOSO	UNIDADE	30
46	EMBALAGEM DE QUENTINHA COM TAMPA Nº 08, EM ALUMÍNIO COM FECHAMENTO MANUAL - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	390
47	ERVILHA EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM LATA.	UNIDADE	500
48	FARINHA (EMBALAGEM DE 1KG) MANDIOCA TIPO 1, CRUA, FINA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	1150
49	FARINHA (EMBALAGEM DE 1KG) TRIGO ESPECIAL, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	120
50	FARINHA (EMBALAGEM DE 300 GRAMAS) - LÁCTEA - COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, LEITE, AÇÚCAR, VITAMINAS E SAIS MINERAIS.	UNIDADE	150
51	FEIJÃO (EMBALAGEM DE 1KG) PRETO TIPO 1, SAFRA NOVA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL.	QUILOGRAMA(S)	4620
52	FERMENTO (EMBALAGEM DE 100G) QUÍMICO, EM PÓ, ACONDICIONADO EM LATA.	UNIDADE	25



53	FERMENTO (EMBALAGEM DE 200G) QUÍMICO, EM PÓ	UNIDADE	30
54	FÍGADO BOVINO	QUILOGRAMA(S)	3600
55	FÓSFORO - CAIXA COM 40 PALITOS.	CAIXA	500
56	FUBÁ (EMBALAGEM DE 1 KG) - MILHO - EXTRA, DE 1ª QUALIDADE, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	QUILOGRAMA(S)	940
57	GELATINA (EMBALAGEM DE 12G) PÓ, DIETÉTICA, SABORES DIVERSOS.	UNIDADE	200
58	GELATINA (EMBALAGEM DE 85G) PÓ DIVERSOS SABORES, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	3740
59	GUARDANAPO - PACOTE COM 100 UNID.	PACOTE	1000
60	INHAME EXTRA	QUILOGRAMA(S)	430
61	LARANJA PÊRA COM PESO MÉDIO DE 150G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 07 UNIDADES	QUILOGRAMA(S)	3826
62	LEITE (EMBALAGEM DE 300G) PÓ, DESNATADO, INSTANTÂNEO.	PEÇA	60
63	LEITE (EMBALAGEM DE 400 G) PÓ, INTEGRAL, INSTANTÂNEO.	QUILOGRAMA(S)	1540
64	MAÇÃ NACIONAL - NÃO ÁCIDA, COM PESO MÉDIO DE 120 G, CONTENDO O KG, NO MÍNIMO, 08 UNIDADES.	QUILOGRAMA(S)	3776
65	MACARRÃO (EMBALAGEM DE 500G) ESPAGUETE MASSA PREPARADA C/ OVOS Nº 8 OU 9, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	380
66	MACARRÃO (EMBALAGEM DE 500G) TIPO PADRE NOSSO, MASSA PREPARADA COM SEMOLINA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QUILOGRAMA(S)	2020
67	MAMÃO FORMOSA - COMUM, MADURO, COM PESO VARIANDO DE 1,5 A 2 KG A UNIDADE.	QUILOGRAMA(S)	500
68	MARGARINA (EMBALAGEM DE 500G) VEGETAL, CREMOSA, COM SAL, CONTENDO DE 60 A 95% DE TEOR DE LIPÍDIOS,	PEÇA	1832
69	MELÃO COM PESO VARIANDO DE 1,5 A 2KG A UNIDADE	QUILOGRAMA(S)	450
70	MILHO VERDE (LATA DE 200G) EM CONSERVA, ACONDICIONADO EM LATA.	LATA	2360
71	MUCILAGEM (EMBALAGEM DE 400G) MILHO ARROZ, ACONDICIONADO EM LATA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	372
72	ÓLEO (EMBALAGEM DE 900 ML) - SOJA - REFINADO	UNIDADE	4632
73	OVOS GALINHA EXTRA, BRANCO, ACONDICIONADO EM CAIXA COM UMA DÚZIA, PERFAZENDO NO MÍNIMO 720G.	DÚZIA	2588
74	PIMENTÃO VERDE EXTRA	QUILOGRAMA(S)	660
75	REPOLHO BRANCO TAMANHO MÉDIO	QUILOGRAMA(S)	2924



76	SAL (EMBALAGEM DE 1 GRAMA) - EMBALAGEM INDIVIDUAL - TIPO EXTRA, IODADO, REFINADO, ACONDICIONADO EM SAQUINHO INDIVIDUAL DE 1 G, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	10000
77	SAL EMBALAGEM DE 1KG	UNIDADE	1266
78	SUCO (EMBALAGEM DE 1KG)PÓ, NATURAL, INTEGRAL NÃO ADOÇADO.	UNIDADE	950
79	SUCO (EMBALAGEM DE 500ML) LÍQUIDO, NATURAL, INTEGRAL NÃO ADOÇADO.	UNIDADE	6200
80	SUPLEMENTO ALIMENTAR (EMBALAGEM DE 400G) COMPLEMENTO OU SUPLEMENTO, EM PÓ, LÁCTEO, COM SACAROSE, ISENTO DE GLÚTEN, COM ADIÇÃO DE VITAMINAS E MINERAIS, COM SABOR, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.REF.: SUSTAIN, MILKGEN, SUSTAGEM, SUSTACAL, MERITENE, NUTREN ACTIVE.	UNIDADE	100
81	TOMATE EXTRA A.	QUILOGRAMA(S)	1270
82	TOMATE (LATA DE 300G) EXTRATO CONCENTRADO, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	UNIDADE	5314
83	VINAGRE (EMBALAGEM DE 750ML) EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	UNIDADE	1420

3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

3.1 - O presente procedimento objetiva a aquisição de gêneros alimentícios pelo período de 12 (doze) meses, com entregas programadas. Quanto a acréscimo no quantitativo ou prorrogação, de acordo com o art. 57 e 65 da lei nº 8.666/93.

4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DA FISCALIZAÇÃO:

4.1 - Para dar cumprimento aos objetivos desta licitação, a licitante vencedora deverá fornecer os materiais a ela adjudicados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

4.2 - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Rua Sebastião de Lacerda, s/n - Centro, Paracambi, no horário de 08:00h às 15:00h;

4.3 - Os materiais entregues deverão apresentar-se em embalagem lacrada e intacta;

4.4 - A Secretaria Municipal de Saúde fará as aquisições mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão de Nota de Empenho;

4.5 - A aceitação dos materiais vincula-se à qualidade dos produtos apresentados e ao atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência e à proposta apresentada;

4.6 - Como condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços e para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar em situação de regularidade junto ao SICAF ou possuir as pertinentes certidões comprobatórias de situação regular perante a Fazenda Federal, Seguro Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4.7 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



4.8 - A Administração possui discricionariedade para emitir a quantidade de Notas de Empenho que entender necessárias para atender às suas necessidades;

4.9 - É de inteira responsabilidade do licitante vencedor a entrega dos materiais, devendo observar prazos e especificações exigidas, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor;

4.10 - Os materiais entregues serão recebidos em 05 (cinco) dias úteis, para efeito de verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações exigidas no certame;

4.11 - Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas no certame ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a licitante vencedora será obrigada a substituí-los em 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;

4.12 - A licitante vencedora, após assinar a esta Ata de Registro de Preços, obriga-se a efetuar a entrega dos materiais, a prestar os serviços ofertados e a emitir nota fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na nota de empenho;

4.13 - O material deverá ser entregue de forma que a contagem, conferência e controle dos itens sejam facilitados;

4.14 - Serão realizados acompanhamento e fiscalização da contratação, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

4.15 - A Secretaria Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar os materiais que estão sendo entregues, sujeitando-se a empresa vencedora, no caso de descumprimento de suas obrigações, à aplicação das penalidades previstas;

4.16 - A Secretaria Municipal de Saúde promoverá o acompanhamento e fiscalização do material, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

4.17 - A fiscalização pela Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por quaisquer irregularidades na entrega do material, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao licitante vencedor;

5.2 - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Edital do Pregão e em seus anexos;

5.3 - Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens;

5.4 - Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos;

5.5 - Atestar o recebimento dos itens entregues bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à licitante vencedora;

5.6 - Comunicar à Licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;

5.7 - Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado;

6.2 - Fornecer material novo e de boa qualidade e procedência, em estrita conformidade com as especificações exigidas no certame;



6.3 - Entregar o material solicitado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho;

6.5 - Efetuar a troca dos produtos que forem recusados pela Administração, devido ao não atendimento às especificações exigidas no certame ou por vícios, defeitos, incorreções identificados, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por parte da Secretaria Municipal de Saúde;

6.6 - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.7 - A licitante vencedora, após assinar a esta Ata de Registro de Preços, obriga-se a efetuar a entrega dos materiais e a emitir nota fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na nota de empenho;

6.8 - Cumprir os prazos estipulados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme constam na ata de registro de preços;

6.9 - Manter-se, durante toda a vigência desta ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1 - Os pagamentos devidos serão efetuados conforme a entrega, ou seja, de modo parcelado.

7.2 - A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os produtos discriminados acompanhada da requisição de recebimento.

7.3 - O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

7.4 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a partir do atesto da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento, mediante depósito em conta bancária da contratada.

7.5 - O material entregue deverá ser rigorosamente, aquele descrito na nota de empenho, sendo que, na hipótese de entrega de produto diverso, o pagamento ficará suspenso até a respectiva regularização.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - Implementação do Sistema Hospitalar Municipal e as Unidades de Referência das Especialidades

ORIGEM DOS RECURSOS: 0036/0138 – RECURSOS SUS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00

DOTAÇÃO: 1203 / 1713

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei 8.666/93.

Dayana Franco Henrique
Diretora de Compras



ANEXO 7

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

PROCESSO Nº 691/2017

LICITAÇÃO Nº ____ /CPL/2017

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos ____ dias do mês de ____ de 2017, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, CNPJ nº ____, é celebrado o presente compromisso entre o MUNICÍPIO DE PARACAMBI, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado Município e a empresa ____ estabelecida na ____ CNPJ nº ____, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo Sr.____, brasileiro, ____, natural do ____, residente e domiciliado na Rua ____, Cep: ____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº ____, RG nº ____, de acordo com o processo administrativo nº ____/____, observadas as Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº 4.054/2015, 4.250/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, e ainda o edital nº ____ /CPL/2017, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema de Registro de Preços do Município de Paracambi, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LATICINOS/ALIMENTOS EM GERAL) E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA – HMDAG, DOS CAPs E DAS RESIDÊNCIAS TERAPEÚTICAS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ONDE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e exposto consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.



- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº ____/CPL/2017 e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

Parágrafo único. Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega ao **MUNICÍPIO**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0036/0138 – RECURSOS SUS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00

DOTAÇÃO: 1203 / 1713

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198

CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ _____** (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.



Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representantedo**MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo–A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.



Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pelo **MUNICÍPIO**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.



Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do compromitente, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
 - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;



III – Tiver presentes razões de interesse público.

IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem a justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:

I – pela Administração, quando:

- a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
- b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:



- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva da PREFEITA, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.



Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Segundo – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.



Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Parágrafo Primeiro – Fica eleito o Foro da Comarca da Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2017.

Pelo **MUNICÍPIO**

Pela **COMPROMITENTE**

TESTEMUNHAS

1 – _____

2 - _____



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º 016/CPL/2017

PROCESSO N.º 691/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ORIGEM DOS RECURSOS: 0036/0138 – RECURSOS SUS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00

DOTAÇÃO: 1203 / 1713

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.302.0061.2198

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 999.256,84 (Novecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e seis mil, oitenta e quatro centavos).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LATICÍNIOS/ALIMENTOS EM GERAL) E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA ATENDER DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALBERTO DA GRAÇA – HMDAG, DOS CAPs E DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, ONDE ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento. O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA	